



INSTITUTO FEDERAL
São Paulo
Campus São Paulo

REGRASP

Educação Inclusiva em Caraguatatuba: análise histórica da implantação e expansão dos serviços especializados

Inclusive Education in Caraguatatuba: Historical Analysis of the Implementation and Expansion of Specialized Services

Bruna Letícia Santos de Oliveira

Especialização em Atendimento Educacional Especializado
Prefeitura Municipal de Caraguatatuba.
<https://orcid.org/0000-0001-9871-5116>
bruna.leticia95@gmail.com

Histórico do artigo

Recebido em: 25.06.2026

Revisões solicitadas: 24.08.2026

Versão reformulada recebida: 08.09.2026

Aprovado em: 11.09.2026

Publicado em: 17.09.2026

RESUMO

Este artigo analisa a jornada da Educação Inclusiva na cidade de Caraguatatuba, no litoral norte do estado de São Paulo, observando a construção histórica da política pública em relação ao acesso, permanência e aprendizagem dos alunos da educação especial. Trata-se de uma análise documental baseada no exame da legislação nacional, documentos institucionais, relatórios históricos e leis municipais compiladas entre 1998 e 2026. Os resultados indicam que a formação do Setor de Educação Inclusiva, a expansão das Salas de Recursos Multifuncionais, a execução do Programa Viver a Diversidade, a criação de uma rede de apoio intersetorial e o estabelecimento dos Centros de Referência para Inclusão Escolar e Social (CRIES) ajudaram a consolidar a política pública inclusiva no município. O resultado é que a experiência de Caraguatatuba ilustra a necessidade de articulação da gestão educacional, formação de professores, atendimento especializado e ações intersetoriais no desenvolvimento do direito à educação inclusiva.

Palavras-chave: educação inclusiva; políticas públicas; atendimento educacional especializado; educação especial; Caraguatatuba.

ABSTRACT

This study examines the journey of inclusive education in the city of Caraguatatuba, on the northern coast of São Paulo state, tracing the historical development of public policy regarding access, retention, and learning for special education students. It is a document-based analysis involving the review of national legislation, institutional documents, historical reports, and municipal laws compiled between 1998 and 2026. The findings indicate that the establishment of the Inclusive Education Sector, the expansion of Multifunctional Resource Rooms, the implementation of the *Viver a Diversidade* (Living Diversity) Program, the creation of an intersectoral support network, and the setting up of Reference Centers for School and Social Inclusion (CRIES) helped consolidate inclusive public policy in the municipality. Ultimately, Caraguatatuba's experience illustrates the need to coordinate educational management, teacher training, specialized services, and intersectoral actions in advancing the right to inclusive education.

Keywords: inclusive education; public policies; specialized educational services; special education; Caraguatatuba.

Introdução

Construção de sistemas educacionais inclusivos representa um dos maiores desafios das políticas educacionais contemporâneas, tanto no Brasil quanto em âmbito global. Essa busca reflete o reconhecimento crescente de que a educação deve ser um direito universal e que a escola precisa garantir condições adequadas para o desenvolvimento de todos os estudantes, independentemente de suas particularidades. No contexto brasileiro, a ampliação do acesso à educação para estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação tem sido marcada por avanços significativos ao longo das últimas décadas, principalmente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que inseriu a educação como direito fundamental e promoveu a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) trouxe avanços importantes ao estabelecer a obrigatoriedade da educação especial ofertada preferencialmente na rede regular de ensino e reconhecer as necessidades educacionais especiais como parte integrante do sistema educacional. Posteriormente, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) redefiniu o paradigma da educação especial, deslocando-o de um modelo segregador para um modelo inclusivo, que busca a eliminação de barreiras e a valorização da diversidade humana nas escolas regulares. Esses marcos legais fundamentais estabeleceram o arcabouço jurídico que norteia as políticas públicas e as práticas pedagógicas voltadas para a inclusão escolar no país. Nesse cenário de transformações e desafios, o município de Caraguatatuba, situado no litoral norte do estado de São Paulo, destacou-se por desenvolver uma trajetória singular na construção de políticas públicas voltadas à inclusão escolar, que remonta à década de 1990. Desde então, o município tem investido na estruturação de programas, criação de serviços especializados e implementação de ações intersetoriais para atender as especificidades dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Esse compromisso histórico refletiu-se não apenas na ampliação do acesso desses estudantes às escolas regulares, mas também na promoção de condições adequadas para sua permanência, participação efetiva e aprendizagem, por meio da reorganização das práticas pedagógicas e da articulação entre diferentes setores governamentais e da comunidade escolar. Assim, Caraguatatuba tem construído uma rede de apoio consolidada, com resultados expressivos na melhoria da qualidade da educação inclusiva local, de modo que sua experiência se configura como referência no âmbito regional.

Referencial teórico

A Educação Inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado nos princípios da equidade, da valorização da diversidade humana e da garantia do direito à educação para todos. Diferentemente de modelos educacionais centrados na segregação ou na integração parcial dos estudantes com deficiência, a perspectiva inclusiva propõe a reorganização dos sistemas de ensino para atender às necessidades de todos os educandos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais, sociais ou culturais. Segundo Maria Teresa Eglér Mantoan (2015), a inclusão escolar representa uma transformação profunda da escola, exigindo mudanças estruturais, pedagógicas e culturais que permitam a participação efetiva de todos os estudantes nos processos de ensino e

aprendizagem. Para a autora, não é o aluno que deve adaptar-se à escola, mas a escola que deve reorganizar suas práticas para acolher a diversidade presente em seu contexto. Essa concepção encontra respaldo nos estudos de Romeu Kazumi Sassaki (2006), que define a inclusão como um processo social pelo qual a sociedade se adapta para acolher as diferenças humanas, ao mesmo tempo em que as pessoas historicamente excluídas passam a exercer plenamente sua cidadania. Nessa perspectiva, a inclusão ultrapassa os limites da educação e passa a constituir um princípio de organização social. As contribuições de Lev Vygotsky também oferecem importantes fundamentos para a compreensão da educação inclusiva. Em seus estudos sobre desenvolvimento humano, o autor argumenta que a aprendizagem ocorre por meio das interações sociais e da mediação cultural. Para Vygotsky (1997), as limitações decorrentes de uma deficiência não determinam, por si só, o desenvolvimento do indivíduo; ao contrário, são as oportunidades de participação social e educacional que influenciam significativamente seu processo de aprendizagem. No contexto brasileiro, Rosângela Gavioli Prieto (2006) destaca que a consolidação da Educação Inclusiva depende da articulação entre políticas públicas, formação docente e reorganização dos sistemas educacionais. Segundo a autora, a inclusão escolar exige planejamento contínuo, investimento em acessibilidade e fortalecimento das redes de apoio aos estudantes público-alvo da Educação Especial. Complementarmente, as reflexões de Paulo Freire contribuem para compreender a inclusão como um processo de emancipação humana. Freire (1996) defende uma educação fundamentada no respeito às diferenças, no diálogo e na valorização dos saberes dos sujeitos, princípios que dialogam diretamente com os pressupostos da educação inclusiva contemporânea. Sob essa perspectiva, a Educação Inclusiva não se restringe ao acesso físico dos estudantes às instituições escolares, mas envolve a garantia de condições efetivas de participação, aprendizagem e desenvolvimento. Trata-se de um compromisso ético, político e pedagógico que busca assegurar o direito à educação em uma sociedade democrática e plural.

Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como um estudo descritivo-exploratório de abordagem qualitativa, fundamentado em análise documental. A escolha desse delineamento justifica-se pelo objetivo de reconstituir a trajetória histórica da política de Educação Inclusiva no município de Caraguatatuba, a partir do exame de fontes primárias e secundárias que registram o processo de implantação e expansão dos serviços especializados no período compreendido entre 1998 e 2026. A abordagem qualitativa mostrou-se adequada por permitir a compreensão aprofundada dos contextos, das continuidades e das tensões que marcaram a construção dessa política pública, indo além da mera descrição cronológica para apreender os sentidos atribuídos às ações institucionais. O corpus documental foi composto por quatro categorias de fontes, selecionadas em razão de sua relevância temática e de sua capacidade de oferecer evidências sobre os marcos legais, administrativos e pedagógicos da inclusão escolar no município. A composição detalhada dessas fontes encontra-se sistematizada no Quadro 1.

Quadro 1 – Composição do corpus documental analisado

Categoria de Documento	Especificação / Fonte	Período de Abrangência	Finalidade / Objetivo na Análise
Legislação Nacional	Constituição Federal (1988), Lei nº 9.394/1996 (LDB), Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), Decreto nº 7.611/2011, Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024).	1988 a 2014	Estabelecer o arcabouço jurídico e os paradigmas nacionais que orientaram a estruturação das políticas públicas municipais de inclusão.
Documentos Institucionais da Secretaria Municipal de Educação	Relatórios técnicos, atas de reuniões, projetos pedagógicos, portarias de criação de serviços (Setor de Educação Inclusiva, Salas de Recursos), registros administrativos do Setor de Educação Inclusiva e dados históricos de matrícula.	1998 a 2026	Reconstituir a trajetória histórica local, identificar os marcos de implantação, a expansão dos serviços e as estratégias de gestão adotadas ao longo do tempo.
Publicações Oficiais e Normativos Municipais	Diário Oficial do Município (edições referentes ao Programa Viva a Diversidade, criação dos CRIES, nomeações e regulamentações); leis e decretos municipais sobre a política inclusiva.	2004 a 2026	Verificar a oficialização, a regulamentação e a continuidade administrativa das políticas e programas mencionados na narrativa histórica.
Documentos e Tratados Internacionais	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006); Diretrizes da UNESCO sobre Inclusão em Educação (UNESCO, 2009).	2006 e 2009	Contextualizar as ações municipais frente aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, analisando a aderência aos princípios globais de acessibilidade e equidade.

Os Primeiros Passos da Educação Inclusiva em Caraguatatuba

A trajetória da Educação Inclusiva no município de Caraguatatuba teve seu marco inicial em 1998, com a realização do I Fórum Municipal de Educação Inclusiva, evento que simbolizou o início das reflexões e discussões sistemáticas sobre a importância da inclusão escolar na rede pública local. Esse fórum representou um momento decisivo para o município, na medida em que promoveu a articulação de diferentes atores gestores, professores, familiares e especialistas em torno da necessidade de construir um sistema educacional que garantisse a universalização do ensino, respeitando a diversidade e o direito de todos à educação. O evento foi fundamental para sensibilizar a comunidade escolar e ampliar o diálogo sobre as políticas inclusivas, dando início a processos de planejamento e implementação de ações concretas no âmbito municipal. A ação pioneira de Caraguatatuba foi amparada por dispositivos legais nacionais que já, no final da década de 1990, expressavam o compromisso do Estado brasileiro com a inclusão social e educacional. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, inciso III, assegura a oferta de atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Complementarmente, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 58, estabelecia que os sistemas de ensino deveriam organizar a educação especial, devendo os profissionais receberem formação específica para atender às necessidades desses estudantes. A LDB, portanto, inaugurou um novo marco legal ao determinar a prioridade da educação

especial no contexto da integração e posteriormente, da inclusão escolar, reconhecendo que o atendimento deve respeitar as diferenças individuais e promover a participação plena dos alunos em todos os espaços educacionais. Estas orientações legais foram ampliadas e reafirmadas na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, instituída pelo Ministério da Educação em 2008, que determina que "a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, por meio de serviços de apoio e auxílio especializado, garantindo o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento do estudante" (Brasil, 2008, p. 14). Nesse contexto, Caraguatatuba iniciou ações não só para assegurar o acesso desses estudantes à escola regular, mas igualmente para reorganizar práticas pedagógicas, recursos didáticos e serviços de apoio, buscando a eliminação de barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais, conforme preconizado pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU (2006), ratificada pelo Brasil em 2008, que reforça a obrigação do estado parte em assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Documentos institucionais da Secretaria Municipal de Educação de Caraguatatuba indicam que, desde esse momento inicial, o município já adotava uma visão ampliada da inclusão, não restrita à presença física do estudante na escola regular, mas focada no desenvolvimento de uma escola capaz de oferecer ensino de qualidade, com suporte pedagógico e social. Assim, a Educação Inclusiva passou a ser entendida como um processo contínuo de transformação educacional, que requer planejamento, formação de profissionais e articulação intersetorial para garantir o direito à educação em igualdade de condições, princípios esses consagrados no artigo 206 da Constituição Federal, que preconiza a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

A Criação do Setor de Educação Inclusiva

Um dos marcos mais significativos na trajetória da Educação Inclusiva em Caraguatatuba ocorreu em 2004, com a criação do Setor de Educação Inclusiva na Secretaria Municipal de Educação. Essa iniciativa representou o reconhecimento institucional da necessidade de uma coordenação especializada e centralizada para articular as ações inclusivas no âmbito escolar e estabelecer diretrizes claras para a oferta de um atendimento educacional adequado às demandas dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A constituição desse setor foi uma resposta ao avanço das políticas públicas pautadas na legislação federal e internacional, que vêm consolidando o paradigma inclusivo e exigindo dos entes federativos a reestruturação da organização educacional para garantir efetivamente o direito à educação de qualidade para todos. Destaca-se, nesse sentido, o preceito do artigo 59 da Lei nº 9.394/1996 (LDB), que orienta a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) de forma complementar ou suplementar à escolarização regular, bem como a necessidade de formação continuada dos profissionais para o atendimento dessa clientela específica. Em paralelo, o desenvolvimento do Setor de Educação Inclusiva responde às disposições da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) sobre a articulação entre os serviços de apoio, a formação contínua dos funcionários escolares, bem como a garantia de plena acessibilidade no ambiente escolar. Esta política reforça que as secretarias municipais de educação precisam ter estruturas e quadros institucionais que facilitem a aplicação e supervisão eficiente e eficaz

das ações inclusivas, para que todas as crianças recebam e continuem a ser educadas em escolas regulares com as condições para seu crescimento. O setor de trabalho em Caraguatatuba se destaca pelo regime colaborativo e pelas relações que desenvolvem com as unidades escolares, o que não só reforça, mas também promove práticas inclusivas na pedagogia comum. A função do Departamento inclui apoio técnico e pedagógico, a coordenação do Atendimento Educacional Especializado, a coordenação intersetorial com os serviços de saúde, assistência social e outras políticas públicas, bem como a coordenação das ações de acessibilidade, ou seja, adaptação de implementos de ensino, tecnologias assistivas e processo de desenvolvimento de todo o pessoal. Esta forma organizacional tem apoiado um novo crescimento na rede de apoio especializado e, ironicamente, levou a movimentos que ampliaram o direito à aprendizagem e valorizaram a diversidade no contexto escolar. O setor também dedicava-se a acompanhar o acesso, a permanência e o desempenho dos alunos-alvo da Educação Especial de forma contínua, em conformidade com os planos estratégicos do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) - visando o avanço das metas de educação inclusiva e o fortalecimento das redes de apoio para aqueles com deficiência. Assim, o fortalecimento institucional do Setor de Educação Inclusiva em Caraguatatuba concretizou-se como um espaço estratégico para consolidar as políticas públicas de inclusão e garantir a operacionalização eficiente das diretrizes legais e pedagógicas, promovendo a construção de uma educação efetiva.

A Expansão dos Serviços Especializados

A consolidação da política municipal de Educação Inclusiva em Caraguatatuba refletiu-se de forma concreta na significativa expansão dos serviços especializados voltados ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), especialmente a partir de meados da década de 2000. Esse avanço decorreu de um esforço sistemático para estruturar uma rede capaz de oferecer suporte pedagógico e tecnológico adequados às necessidades dos estudantes público-alvo da Educação Especial, garantindo a adequação dos ambientes escolares às diversas demandas. Em 2007, Caraguatatuba foi contemplada pelo Ministério da Educação com a implantação de três Salas de Recursos Multifuncionais, sendo uma específica para deficiência visual e duas multifuncionais, reforçando a oferta de recursos especializados e acessíveis na rede municipal. As Salas de Recursos Multifuncionais, previstas no artigo 60 da Lei nº 9.394/1996 (LDB) e enfatizadas na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), funcionam como espaços de apoio pedagógico e de atendimento especializado que buscam complementar ou suplementar o ensino ofertado na classe comum. Esses ambientes são equipados com recursos e tecnologias assistivas que facilitam a comunicação, a mobilidade e o aprendizado, promovendo a autonomia dos estudantes. A partir de 2010, o município ampliou consideravelmente essa estrutura com a implantação de vinte Salas de Recursos Multifuncionais distribuídas estrategicamente nas escolas da rede municipal, facilitando o acesso ao Atendimento Educacional Especializado e promovendo a descentralização dos serviços. Nessas salas, são oferecidos diferentes recursos e metodologias específicas, como o ensino de Braille para estudantes com deficiência visual, Libras (Língua Brasileira de Sinais) para surdos, Soroban para alunos com deficiência

intelectual, informática acessível e recursos de comunicação alternativa, atendendo assim a uma variedade de necessidades educacionais específicas. O crescimento dessa rede especializada se intensificou nos anos seguintes, acompanhando a expansão da matrícula de estudantes público-alvo da Educação Especial. Atualmente, Caraguatatuba conta com 45 Salas Físicas de Recursos Multifuncionais e 49 professores especialistas dedicados ao Atendimento Educacional Especializado, configurando uma estrutura robusta que evidencia o compromisso municipal com a inclusão escolar. Essa ampliação é consonante com os princípios da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), que reforça a necessidade de adoção de medidas efetivas para assegurar o acesso a recursos de apoio personalizados para maximizar o desenvolvimento educacional dos estudantes com deficiência. Além da ampliação física, destaca-se o investimento na qualificação dos profissionais que atuam nessas salas, buscando assegurar que os atendimentos sejam realizados com metodologias atualizadas e centradas na individualidade de cada estudante. O desenvolvimento das competências docentes foi estimulado por programas de formação contínua e especializações, qualificando docentes para o manejo de tecnologias assistivas, adaptação curricular e estratégias pedagógicas inclusivas. Em síntese, a ampliação das Salas de Recursos Multifuncionais em Caraguatatuba representou um avanço estratégico para a efetivação do direito à educação inclusiva, configurando uma rede de apoio capaz de atender a diversidade e oferecer condições que favoreçam a permanência, a participação e o sucesso escolar dos estudantes da Educação Especial na rede municipal.

O Programa Viva a Diversidade

Em 2010, a Secretaria Municipal de Educação de Caraguatatuba deu um passo importante ao instituir o Programa Viva a Diversidade, uma iniciativa emblemática no âmbito da política municipal de inclusão escolar que representa uma abordagem ampliada e integrada para o atendimento das necessidades educacionais especiais. Esse programa consolidou e sistematizou ações anteriores, incorporando diferentes projetos e estratégias voltados ao suporte pedagógico e socioemocional dos estudantes da rede municipal, alinhando-se aos princípios da educação inclusiva centrada na valorização da diversidade humana. O Programa Viva a Diversidade diferencia-se por adotar um conceito ampliado de inclusão, que ultrapassa o foco exclusivo nos alunos com deficiência para considerar também aqueles em situação de vulnerabilidade social, dificuldades de aprendizagem, transtornos comportamentais, atrasos no desenvolvimento e outras condições que demandem apoio especializado. Essa ampliação conceitual encontra respaldo na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), que reconhece a diversidade das necessidades educacionais e ressalta a importância do atendimento educacional especializado como direito de todos os estudantes que apresentam dificuldades específicas. Conforme preconiza a legislação vigente, em especial o artigo 4º da LDB (Lei nº 9.394/1996), que determina que a educação deve ser oferecida com diferentes estratégias que atendam às diversidades do educando, o programa promoveu o desenvolvimento de ações articuladas e interdisciplinares, buscando eliminar barreiras pedagógicas, sociais e atitudinais. O foco não é apenas a adaptação curricular, mas o desenvolvimento de um olhar integral para o estudante, valorizando sua identidade e promovendo o desenvolvimento de suas potencialidades. O programa também incorporou

medidas para a formação continuada dos profissionais da educação, fortalecendo a capacitação de professores, gestores e equipes técnicas para o reconhecimento e atendimento adequado às demandas específicas das diversas populações escolares. Além disso, atuou no fortalecimento das parcerias intersetoriais, envolvendo saúde, assistência social e direitos humanos, para que o atendimento fosse abrangente e eficiente. Dessa forma, o Viva a Diversidade reafirma a visão da inclusão como um processo dinâmico e coletivo, voltado para a construção de uma escola que valorize as diferenças, promova a equidade e assegure a participação plena e efetiva de todos os estudantes. A experiência do programa demonstra o compromisso do município em ampliar as possibilidades educacionais e garantir o direito à aprendizagem para todos, contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura inclusiva que extrapola o ensino e alcança a comunidade escolar na sua integralidade.

A Rede de Apoio Intersetorial

Um dos diferenciais da política inclusiva adotada pelo município de Caraguatatuba foi a constituição de uma rede intersetorial de apoio, reconhecendo que a inclusão plena dos estudantes público-alvo da Educação Especial depende do trabalho articulado entre diferentes áreas do serviço público e da comunidade. Essa perspectiva dialoga com as orientações da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), que aponta a necessidade de articulação entre os setores da educação, saúde, assistência social e demais políticas públicas para assegurar atendimento integral e contextualizado. O Projeto Assessoria Especializada estruturou o município em regiões geográficas atendidas por equipes multiprofissionais constituídas por terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, psicólogos e fonoaudiólogos. Essas equipes realizam visitas sistemáticas às escolas, o que permite um acompanhamento técnico próximo e contínuo, capaz de identificar necessidades específicas e planejar ações de suporte pedagógico e social. Tal rede favorece a construção de planos personalizados de ensino e atendimento, inseridos em uma abordagem interdisciplinar que atende a complexidade dos estudantes. Além das visitas e atendimento direto, as equipes promovem estudos de caso, orientação às famílias e formação continuada dos professores, ampliando a compreensão dos desafios e estratégias de inclusão. As ações intersetoriais incluem ainda a prescrição e fornecimento de tecnologias assistivas, essenciais para a autonomia e participação do estudante, e a articulação com Unidades Básicas de Saúde (UBS), Conselho Tutelar e demais serviços públicos, garantindo a proteção dos direitos da criança e do adolescente. Em 2012, a estrutura organizacional municipal foi aprimorada com a criação de coordenadorias específicas por área técnica, fortalecendo a capacidade de monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas, em consonância com a necessidade de gestão eficiente das políticas públicas, conforme preconiza o Decreto nº 7.611/2011, que institui a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Essa rede intersetorial tem sido fundamental para a superação de barreiras que vão além do ambiente escolar, configurando-se como estratégia eficaz para ampliar o suporte aos estudantes e promover sua inclusão social e escolar de forma efetiva e integrada.

CRIES: Centros de Referência para Inclusão Escolar e Social

Outro avanço fundamental na política municipal de Caraguatatuba foi a criação dos Centros de Referência para Inclusão Escolar e Social (CRIES), espaços especializados para o acolhimento e o atendimento qualificado às demandas das crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais. O primeiro CRIES foi implantado no bairro Sumaré, sendo posteriormente transferido para a região do bairro Tinga, atendendo à demanda crescente e à necessidade de descentralização dos serviços. Em 2014, inaugurou-se o CRIES Sul Otávio Luiz Soares, no bairro Perequê-Mirim, e em 2014, o CRIES Norte Maria de Lourdes Miólo, no bairro Casa Branca, consolidando a rede que agora abrange as regiões Centro, Norte e Sul do município. Esses centros oferecem apoio especializado aos estudantes e suas famílias, com atendimento multiprofissional que inclui avaliação, acompanhamento psicossocial, orientação pedagógica e suporte na mediação do processo educacional. Alinhados à Política Nacional de Educação Especial e à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), os CRIES atuam como espaço de referência para o desenvolvimento de práticas inclusivas e como polo de articulação entre a escola, a família e os serviços públicos. A distribuição geográfica estratégica dos CRIES favorece o acesso equitativo aos serviços, reduzindo desigualdades e assegurando a oferta de atendimento próximo ao território dos estudantes, fator que contribui para a efetiva permanência e sucesso escolar.

Formação Docente e Cultura Inclusiva

A formação continuada dos profissionais da educação tem sido um componente central da política pública de inclusão em Caraguatatuba. A implementação do Projeto Formar, por exemplo, garantiu capacitação permanente a professores, equipes gestoras, estagiários e profissionais de apoio, envolvendo-os em processos reflexivos sobre práticas pedagógicas inclusivas e desenvolvimento de competências específicas para lidar com a diversidade. Em 2011, a totalidade dos profissionais da rede municipal participou das ações formativas promovidas pelo setor de Educação Inclusiva, o que reforçou o compromisso institucional com a construção de uma cultura escolar que valoriza e respeita as diferenças. Além disso, ainda em 2011, teve início o curso de especialização em Tecnologia Assistiva e Inclusão Escolar, em parceria com a Universidade Castelo Branco (UNICASTELO), que capacitou 43 profissionais da Educação Inclusiva. Essa ação representou um marco para elevar o nível técnico e pedagógico da equipe responsável pelo Atendimento Educacional Especializado e pela implementação de recursos tecnológicos que garantem acessibilidade. Essas iniciativas contribuem para a internalização dos princípios da inclusão no cotidiano escolar, promovendo uma cultura institucional que transcende o cumprimento da legislação para se consolidar como uma prática permanente e transformadora, conforme recomendado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, 2009).

Avanços e Perspectivas

Os documentos institucionais mais recentes indicam a consolidação da política pública de Educação Inclusiva em Caraguatatuba. Atualmente, a rede municipal atende mais de 2.500 estudantes elegíveis à Educação Especial, que contam com uma ampla rede de serviços especializados, incluindo transporte adaptado, equipes multiprofissionais e cerca de 45 Salas de Recursos Multifuncionais, além dos três Centros de Referência para Inclusão Escolar e

Social (CRIES). A continuidade do investimento em formação docente, na ampliação da rede de atendimento e na articulação intersetorial sinaliza um compromisso municipal permanente com o aperfeiçoamento das práticas inclusivas e a efetivação do direito à educação para todos. Por fim, as perspectivas futuras apontam para o fortalecimento da acessibilidade universal, a implementação de novas tecnologias assistivas, a ampliação da participação da comunidade escolar e a crescente valorização da diversidade como elemento constitutivo da educação pública municipal. Essa trajetória consolidada ao longo de mais de duas décadas consolida Caraguatatuba como referência regional na implementação de práticas inclusivas e sinaliza caminhos promissores rumo à efetiva equidade educacional.

Resultados e discussões

Com base no estudo de documentos históricos e normativos, demonstra-se que o progresso da Educação Inclusiva em Caraguatatuba foi alcançado pelo processo de criação de uma política pública sistemática em conjunto com medidas progressivas de planejamento estratégico educacional, formação e ampliação de competências especializadas. Os achados revelam a presença de um município que foi além da obrigação legal, mas também criou instituições para consolidar uma cultura inclusiva ao longo de duas décadas. Os resultados mostram que o estabelecimento do Primeiro Fórum Municipal de Educação Inclusiva em 1998 foi uma tentativa pioneira de implementar políticas inclusivas locais, aumentar a consciência da comunidade escolar e lançar as bases para o desenvolvimento de estratégias destinadas a garantir o direito à educação. Após a adoção da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) para identificar a inclusão escolar como princípio orientador da política educacional nacional, esse movimento segue as mudanças no cenário nacional. Outro resultado relevante vem do estabelecimento em 2004 do Setor de Educação Inclusiva. A criação desse espaço em uma base institucional permitiu melhor coordenação e articulação de ações específicas para atender o público-alvo da Educação Especial, facilitando a articulação entre escolas, famílias e políticas públicas. A estrutura enfatiza que a gestão educacional é a condição básica para o cumprimento dessas diretrizes inclusivas conforme delineado na legislação brasileira. Uma das principais conquistas da política municipal que também foi notada é a ampliação das Salas de Recursos Multifuncionais. A expansão de três salas estabelecidas em 2007 para quarenta e cinco salas em operação mostra um investimento constante na oferta de Atendimento Educacional Especializado. Essa expansão ocorreu ao mesmo tempo em que mais alunos elegíveis para a Educação Especial entraram no sistema, o que melhorou as condições de acessibilidade pedagógica na rede municipal. Os resultados também mostram a importância do Programa Viver a Diversidade e de outros sistemas de apoio intersetorial para fortalecer a integração da inclusão escolar. O município começou a olhar para a inclusão em uma gama mais ampla de contextos através de diferentes circunstâncias de vulnerabilidade ou necessidades — o escopo foi ampliado além da deficiência. Esse envolvimento de profissionais da educação, saúde e assistência social ajudou a desenvolver respostas mais qualificadas para as preocupações dos alunos e suas famílias. Outro destaque é o estabelecimento dos Centros de Referência para Inclusão Escolar e Social (CRIES). Essas instalações aumentaram o acesso a

serviços especializados e melhoraram a supervisão por meio de monitoramento multidisciplinar para acompanhamento integrado da região como parte de uma rede de apoio territorial e acessível. A maior descentralização dos serviços também incentivou o fortalecimento do vínculo entre escola, família e outros serviços públicos e abriu mais espaço para a participação e sustentabilidade dos alunos em sua educação. Os documentos revisados indicam que investimentos contínuos na formação de professores apoiaram práticas pedagógicas inclusivas aprimoradas ao considerar a formação de professores. A formalização das ações do município para implementar a transformação significa reconhecer que a escola inclusiva precisa não apenas de materiais (tanto hardware quanto tecnologia), mas também de pessoas treinadas no conhecimento e na competência para incorporar a diversidade no contexto de aprendizagem.

A análise dos dados documentais à luz do referencial teórico evidencia que a trajetória de Caraguatatuba pode ser compreendida como um processo de institucionalização da inclusão, nos termos propostos por Mantoan (2015), na medida em que o município não se limitou a garantir o acesso físico, mas promoveu a reorganização estrutural e pedagógica da rede. Contudo, observa-se que a distinção entre integração e inclusão, formulada por Sassaki (2006) e Mantoan (2006), não é explicitamente tensionada na análise documental. Embora as ações municipais apontem para uma perspectiva inclusiva, a permanência de práticas que ainda segregam ou mantêm os estudantes em espaços paralelos como a própria lógica do Atendimento Educacional Especializado complementar sugere ambiguidades que mereceriam maior problematização. Da mesma forma, o conceito vygotskiano de Zona de Desenvolvimento Proximal (Vygotsky, 1997) poderia ser mobilizado para interpretar como as mediações realizadas pelos professores especializados e pelas equipes multiprofissionais atuam na ampliação das capacidades dos estudantes, mas tal articulação não é explicitada nos documentos analisados, revelando uma lacuna entre a política instituída e sua efetivação pedagógica.

Os achados evidenciam que Caraguatatuba se distingue pela continuidade das ações implementadas, pela atuação articulada entre diferentes setores e pelo compromisso institucional com a inclusão. Contudo, a análise também revela contradições e desafios que merecem ser problematizados. Embora a expansão das Salas de Recursos Multifuncionais e a criação dos CRIES representem avanços significativos persistem barreiras relacionadas à efetiva participação dos estudantes nas atividades curriculares comuns, à formação inicial dos professores para atuar com a diversidade e à superação de concepções ainda assistencialistas ou clínicas da deficiência. Além disso, a dependência de programas federais para a estruturação dos serviços levanta questões sobre a sustentabilidade da política municipal em cenários de restrição orçamentária. Essas tensões indicam que o processo inclusivo está em permanente construção e demanda avaliação contínua para evitar que a expansão quantitativa dos serviços se sobreponha à qualidade das práticas pedagógicas e à efetiva eliminação de barreiras atitudinais. É, portanto, evidente que o estabelecimento de políticas públicas inclusivas é um processo de investimentos de longo prazo, planejamento cuidadoso e envolvimento de todas as partes em colaboração. Nesse contexto, o caminho do município

é um modelo para outras redes de educação que aspiram construir instituições educacionais mais democráticas, acessíveis e dedicadas com direito à educação para todos.

Considerações finais

A trajetória da Educação Inclusiva em Caraguatatuba indica a articulação de políticas públicas, gestão educacional, desenvolvimento profissional contínuo e a expansão dos serviços especializados como meios para tornar realidade um sistema educacional mais igualitário. O estudo de documentos históricos e institucionais mostra que, em mais de vinte anos, o município estabeleceu uma política pública abrangente dedicada a garantir o acesso, permanência, participação e aprendizagem para os estudantes identificados como público-alvo da Educação Especial. Assim, os resultados demonstraram que o Setor de Educação Inclusiva foi criado, as Salas de Recursos Multifuncionais foram ampliadas, o Programa Viva a Diversidade foi implementado, a rede de apoio intersetorial foi estabelecida e os Centros de Referência para Inclusão Escolar e Social (CRIES) foram implementados de forma significativa, contribuindo para a melhoria da educação inclusiva no município. Tais atividades ilustram que a inclusão escolar necessita de investimento financeiro consistente, planejamento estratégico e apoio institucional para enfrentar barreiras e desenvolver a aceitação da diversidade. A pesquisa evidencia a necessidade de formação contínua do pessoal da educação. As qualificações contínuas das equipes escolares têm se mostrado fundamentais para a integração de atividades pedagógicas inclusivas e têm favorecido a formação de abordagens para acomodar os diversos requisitos dos estudantes, contribuindo para a evolução de uma cultura escolar que respeita as diferenças. A experiência de Caraguatatuba constitui um exemplo útil para o desenvolvimento de políticas públicas de Educação Inclusiva em âmbito nacional. O caminho trilhado pelo município evidencia que a realização do direito à educação é uma questão complexa, que exige atividade concertada entre os vários níveis de governo e uma conscientização de que a inclusão não se limita ao ponto de acesso à escola, mas proporciona e facilita as condições para a participação ativa das crianças, o desenvolvimento da competência educacional e o sucesso acadêmico de todas as crianças. Por fim, o desenvolvimento futuro das ações requer o refinamento contínuo para fazer face a novos desafios educacionais e sociais. A contínua construção de redes de apoio, ampliação da acessibilidade, apoio financeiro para tecnologias assistivas e consolidação de práticas pedagógicas inclusivas contribuirão para um sistema de educação público cada vez mais democrático e acessível, servindo aos princípios de equidade e justiça social.

Referências

Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Brasil. (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

Brasil. Ministério da Educação. (2008). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC/SEESP. <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>

Brasil. (2011). Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011: Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm

Brasil. (2014). Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014: Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm

Freire, P. (1996). Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra.

Mantoan, M. T. E. (Org.). (2006). O desafio das diferenças nas escolas. Vozes.

Mantoan, M. T. E. (2015). Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? Summus.

Organização das Nações Unidas. (2006). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. <https://www.un.org/development/desa/disabilities/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities.html>

Prefeitura Municipal de Caraguatatuba. Secretaria Municipal de Educação. (2026). Documentos históricos do Setor de Educação Inclusiva (1998–2026).

Prefeitura Municipal de Caraguatatuba. (2026). Diário Oficial do Município: Publicações referentes à Educação Inclusiva, Programa Viva a Diversidade, CRIES e Protocolo Antirracista. <https://diariooficial.caraguatatuba.sp.gov.br/>

Prieto, R. G. (2006). Educação inclusiva: Desafios e perspectivas. In D. Rodrigues (Org.), Inclusão e educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva (pp. 69–88). Summus.

Sasaki, R. K. (2006). Inclusão: Construindo uma sociedade para todos (7ª ed.). WVA.

UNESCO. (2009). Policy guidelines on inclusion in education. UNESCO. Policy guidelines on inclusion in education. UNESCO, 2009. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000177849>

Vygotsky, L. S. (1997). Fundamentos de defectología. Pueblo y Educación.